

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

4 DE MARÇO DE 2013

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

**TARPON INVESTIMENTOS S.A**  
Companhia aberta: CVM 21.717  
CNPJ: 05.341.549/0001-63  
Rua Iguatemi, n.º 151, 23º andar.  
São Paulo, SP.

## ÍNDICE DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

---

Anexo I – Item 10 do Formulário de Referência	Páginas 4 a 18
Anexo II – Anexo 9-1-II à IN CVM 481	Páginas 19 a 24
Anexo III – Proposta de remuneração dos administradores	Página 25
Anexo IV – Informações do item 13 do Formulário de Referência	Páginas 25 a 48
Anexo V – Parecer do Comitê de Auditoria e <i>Compliance</i>	Páginas 49 a 50
Anexo VI - Informações sobre candidatos a membros do conselho de administração	Páginas 51 a 55

---

## **10.1. Comentários dos Diretores sobre:**

### **a) condições financeiras e patrimoniais gerais;**

Considerando que a Tarpon Investimentos S.A., por meio de sociedade subsidiária (“Companhia”), investe a maior parte dos ativos sob gestão dos fundos e carteiras geridos pela Companhia (“Fundos Tarpon”) em valores mobiliários de companhias brasileiras e instrumentos de dívida de emissores brasileiros (principalmente o Governo Federal), os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do Brasil, particularmente, inflação, taxas de juros, políticas governamentais, variações cambiais e políticas tributárias.

Em 2010, houve um aumento significativo do montante de recursos estrangeiros buscando rentabilidade nos mercados emergentes, sendo o Brasil um dos principais beneficiados por esse fluxo de investimentos. Nesse ano, a receita operacional líquida da Companhia atingiu R\$ 205,8 milhões e o lucro líquido atingiu R\$ 139,0 milhões.

Em 2011, a crise da dívida dos países europeus prejudicou o mercado de ações brasileiro, que sofreu com a saída de recursos dos investidores em busca por ativos de menor risco. Nesse ano, a receita operacional líquida da Companhia atingiu R\$ 242,2 milhões e o lucro líquido atingiu R\$ 109,5 milhões.

Em 2012, o Ibovespa, indicador do desempenho médio das cotações das ações na BM&FBovespa, encerrou o terceiro trimestre de 2012 com valorização de 3,00%. O avanço foi modesto em função da preocupação dos investidores com o impasse na discussão sobre os benefícios fiscais e gastos do governo dos EUA e o fraco crescimento da economia brasileira no ano de 2012. Nesse ano, a receita operacional líquida da Companhia atingiu R\$ 96,4 milhões e o lucro líquido atingiu R\$ 40,7 milhões.

### **b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: i) hipóteses de resgate; ii) fórmula de cálculo do valor do resgate;**

O capital social da Companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias. Nos últimos três exercícios sociais (2010, 2011 e 2012), a Companhia não possuía qualquer endividamento em aberto.

A Companhia não pretende efetuar o resgate das ações.

### **c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos;**

Considerando o fluxo de caixa e posição de liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2012, a Companhia acredita que tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outros compromissos financeiros assumidos pela Companhia.

**d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas; e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;**

As principais exigências de caixa da Companhia compreendem: (a) pagamento dos custos operacionais, incluindo remuneração; e (b) pagamento de dividendos aos acionistas. As principais fontes de liquidez compreendem as receitas relacionadas com os serviços de gestão dos Fundos Tarpon.

**f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii) grau de subordinação entre as dívidas; iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário;**

**g) limites de utilização dos financiamentos já contratados;**

Nos últimos três exercícios sociais (2010, 2011 e 2012), a Companhia não possuía qualquer endividamento em aberto.

**h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.**

#### **Ativo**

*Ativo não circulante:* Em 31 de dezembro de 2012, o ativo não circulante totalizou R\$ 2,0 milhões, uma queda de 12,1% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Tal queda é justificada pela depreciação dos ativos imobilizados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, o ativo não circulante totalizou R\$ 2,3 milhões, um aumento de 57,0% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, no qual a conta totalizava R\$ 1,4 milhão. Esse aumento é justificado, essencialmente, pela aquisição de ativos imobilizados e benfeitorias realizadas pela Companhia em sua subsidiária, TISA NY Inc, cujo propósito é a prestação de serviços de assessoria financeira. Em dezembro de 2010, houve um incremento de 180,8% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, principalmente em razão dos investimentos em infraestrutura realizados pela Companhia em decorrência da alteração de sua sede social.

*Contas a receber:* Em 31 de dezembro de 2012, o contas a receber totalizou R\$ 15,8 milhões, um aumento de 76,0% quando comparado com o mesmo período de 2011. Tal aumento refere-se substancialmente ao aumento de ativos sob gestão da Companhia e seu conseqüente aumento de honorários a receber advindos de taxa de administração e performance. Em 31 de dezembro de 2011, o contas a receber totalizou R\$ 9,0 milhões, uma queda de 57,9% quando comparado com o mesmo período de 2010, quando o contas a receber totalizou R\$ 21,3 milhões. Essa queda é resultado, primordialmente, do menor montante de receitas relacionadas à taxa de performance

recolhidos nesse período. Em 31 de dezembro de 2010, o contas a receber R\$ 21,3 milhões, um incremento de 113,1% comparado aos R\$ 10,0 milhões em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento é resultado, principalmente do maior volume de receitas em 2010 (aumento de ativos sobre gestão e maior recolhimento de taxas de administração e performance).

*Ativos financeiros a valor de mercado:* Em 31 de dezembro de 2012, os ativos financeiros a valor de mercado totalizaram R\$ 34,4 milhões, uma queda de 59,1% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Essa queda é justificada principalmente pelo pagamento de impostos realizados no início do exercício. Em 31 de dezembro de 2011, os ativos financeiros a valor de mercado totalizaram R\$ 84,0 milhões, um incremento de 85,8% se comparado com o total de R\$45,2 milhões apresentado no mesmo período de 2010, principalmente pela necessidade de caixa para fazer frente a obrigações tributárias. Em 31 de dezembro de 2010, o volume de ativos financeiros a valor de mercado atingiu R\$ 45,2 milhões, um incremento de 202,3% em relação ao volume de R\$ 14,9 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2009, gerado principalmente pelo maior volume de taxas de administração e performance dos Fundos Tarpon.

*Disponibilidades:* Em 31 de dezembro de 2012, as disponibilidades totalizaram R\$ 3,3 milhões, um crescimento de 592,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Em 31 de dezembro de 2011, as disponibilidades totalizaram R\$479 mil, um aumento de 62,3% quando comparado com o mesmo período de 2010, quando o saldo da conta totalizou R\$ 294 mil. Assim como nos anos anteriores, as disponibilidades são mantidas apenas para cumprimento de obrigações de curto prazo da Companhia.

*Outros ativos:* Em 31 de dezembro de 2012, a conta de outros de ativos totalizou R\$ 23,2 milhões. Quando comparado com o ano anterior, verificamos uma queda de 25,1%, justificada pela queda nos pagamentos antecipados de tributos federais. Em 31 de dezembro de 2011, a conta totalizou R\$ 30,9 milhões, um aumento substancial quando comparado com 31 de dezembro de 2010, quando o saldo da conta totalizou R\$ 1,5 milhão, principalmente em razão do aumento do montante de impostos a recuperar no período. Em relação ao saldo de R\$0,5 milhão apresentado em 2009, em 2010, houve um aumento de 182,6% nessa conta, principalmente em razão do aumento do montante de impostos a recuperar no período.

### ***Passivo e Patrimônio Líquido***

*Passivo não circulante.* Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do passivo não circulante era de R\$ 15 mil, uma queda de 92,1% quando comparado com 2011, reflexo da amortização de parcelas de arrendamento financeiros. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo desta conta era de R\$ 191 mil, uma queda de 49,9% em relação ao saldo de R\$381 mil apresentado em 2010, em decorrência da amortização de parcelas de arrendamentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo era de R\$ 381 mil, um aumento de 100% quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, em decorrência das parcelas de longo prazo de contrato de arrendamento financeiro contratado no 2º semestre de 2010.

*Obrigações tributárias.* Em 31 de dezembro de 2012, o saldo desta conta era de R\$ 28,7 milhões, uma queda substancial em relação ao ano anterior, justificada pela diminuição da receita registrada no exercício e consequente queda nos impostos federais devidos sobre o lucro líquido. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo desta conta era de R\$ 64,3 milhões, um aumento

substancial em relação ao saldo de R\$ 6,4 milhões apresentado em 2010, aumento este justificado pelo aumento de impostos federais sobre o lucro líquido da Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo era de R\$ 6,4 milhões, um incremento de 159% em relação ao saldo de R\$ 2,5 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2009, em decorrência do aumento da base tributável da Companhia no exercício de 2010.

*Outras obrigações.* Em 31 de dezembro de 2012, a conta totalizou R\$ 24,3 milhões, um aumento de 120,8% quando comparado com 2011, justificado pela maior provisão de dividendos do exercício de 2012. Em 31 de dezembro de 2011, a conta totalizou R\$ 11,2 milhões uma queda de 75,7% quando comparado com 31 de dezembro de 2010, em razão de uma menor provisão de dividendos no ano de 2011. Em 31 de dezembro de 2010, a conta outras obrigações totalizou R\$ 45,4 milhões, um aumento substancial quando comparado com o saldo de R\$ 7,7 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2009, principalmente pelo provisionamento dos dividendos do exercício de 2010.

*Capital social.* Em 31 de dezembro de 2012, o capital social da Companhia era de R\$ 6,2 milhões, um aumento de 1,6% quando comparado com 2011, justificado pelo aumento de capital social da Companhia em decorrência do exercício de opção de ações da Companhia no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia era de R\$ 6,1 milhões, um aumento de 46,3% quando comparado com o saldo de R\$4,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esta variação é justificada pelo aumento de capital social da Companhia em decorrência do exercício de opção de ações da Companhia no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia, aprovado em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado (“Plano”). Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia era de R\$ 4,2 milhões, um aumento de 4,4% quando comparado ao capital social de R\$ 4,0 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2009, em decorrência do aumento de capital no montante de R\$0,2 milhão realizado em decorrência do exercício de opções de compra de ações no contexto do Plano.

*Reserva de capital.* Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta de reserva de capital era zero, essa movimentação ocorreu pois a Companhia utilizou a reserva de capital para realizar o cancelamento das ações que possuía em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2011, a conta de reserva de capital totalizou R\$ 26,5 milhões, um aumento significativo quando comparado com a reserva de capital de R\$2,1 milhões apresentada em 2010. Esse aumento significativo foi resultado dos aumentos de capital realizados pela Companhia durante o ano de 2011, no âmbito do Plano. Em 31 de dezembro de 2010, a conta de reserva de capital totalizou R\$2,1 milhões, um aumento de 4,1% quando comparado ao saldo de R\$2,0 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2009, aumento este decorrente de aumento de capital realizado no âmbito do Plano durante o exercício.

*Lucros acumulados.* A Companhia não tinha lucros acumulados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010. Os respectivos lucros foram destinados à constituição de reservas e distribuição de dividendos.

*Participação minoritária.* Nos últimos 3 exercício sociais (2012, 2011 e 2010), a Companhia não detinha qualquer participação minoritária em sociedades operacionais.

## 10.2. Comentários dos Diretores sobre:

**a) resultado das operações da Companhia, em especial: i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais;**

Abaixo os comentários dos principais fatores que afetaram os resultados da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

*Receitas.* No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 96,9 milhões, uma queda de 60% comparada ao ano anterior, principalmente em razão da forte diminuição das receitas relacionadas à taxa de performance. Em 31 de dezembro de 2011, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 241,5 milhões, um incremento de 17,31% quando comparada à receita de R\$ 205,8 milhões registrada no exercício de 2010, em decorrência do aumento do montante de ativos sob gestão da Companhia e do maior recolhimento de honorários relacionados a serviços de gestão neste período.

*Despesas de pessoal.* Em 31 de dezembro de 2012, as despesas de pessoal totalizaram R\$ 18,3 milhões. Quando comparado com o mesmo período do ano anterior, identificamos uma queda de 67,2%, justificada principalmente pelo pagamento de remuneração variável inferior ao ano anterior. Em 31 de dezembro de 2011, as despesas com pessoal totalizaram R\$ 55,6 milhões, um aumento de 63,3% quando comparado com o mesmo período de 2010, esse aumento ocorreu devido ao aumento do número de contratações, reajustes salariais e remuneração variável. Em 31 de dezembro de 2010, a conta de despesas com pessoal totalizou R\$ 34,1 milhões, um incremento de 91,3% quando comparado ao montante de R\$ 17,8 milhões apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, principalmente pelo aumento do número de contratações, reajustes salariais e remuneração variável.

*Despesas administrativas.* Em 31 de dezembro de 2012, as despesas administrativas totalizaram R\$ 14,5 milhões. Quando comparado com o mesmo período do ano anterior, verificamos uma queda de 3,6%, justificada pela redução nas contratações de prestadores de serviços especializados. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, quando comparado com o exercício de 2010, as despesas administrativas aumentaram 147,3%, totalizando R\$ 15,1 milhões e R\$ 6,1 milhões, respectivamente, em decorrência, principalmente, dos investimentos em infraestrutura e sistemas de gestão para a Companhia, bem como a contratação de prestadores de serviços especializados. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 houve um incremento de 56,7% das despesas administrativas, totalizando R\$ 6,1 milhões, principalmente em razão da alteração da sede social da Companhia.

*Outras despesas/receitas.* Em 31 de dezembro de 2012, a conta registrou um saldo negativo de R\$ 1,4 milhão, inferior ao saldo da conta no mesmo período do ano passado, quando totalizava um saldo positivo de R\$135,0 mil. Esta diminuição é decorrência, principalmente, de um aumento nas despesas com impostos municipais da subsidiária integral TISA NY Inc. No exercício de 2011, a conta de outras despesas/receitas totalizou R\$ 135,0 mil, uma diminuição de 110,3% quando comparadas ao montante de R\$1,3 milhão negativo apresentado em 2010.



Em 2010, a conta de outras despesas/receitas sofreu um incremento de 540,4%, passando de R\$ 0,3 milhão positivo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 para R\$1,3 milhão negativo no exercício findo em 2010. O impacto na conta de outras despesas em 2010 decorre, principalmente, do pagamento de Programa de Parcelamento Incentivado de ISS (ano base 2005), no montante de R\$ 1,1 milhão.

*Lucros (prejuízos) financeiros, líquidos.* Em 31 de dezembro de 2012, os lucros (prejuízos) financeiros líquidos totalizaram R\$ 6,0 milhões. Quando comparado com o ano anterior, verificamos uma queda de 41,5%, justificada pela diminuição do capital aplicado ao longo do exercício. Os lucros (prejuízos) financeiros líquidos totalizaram R\$10,2 milhões no exercício de 2011, em linha com o montante de R\$ 9,5 milhões registrados no exercício de 2010.

*Resultado das atividades operacionais.* Em 31 de dezembro de 2012, o resultado das atividades operacionais sofreu uma queda de 64,4% quando comparado com o ano anterior, justificada principalmente pela diminuição de coleta de taxas de performance dos Fundos Tarpon. O resultado das atividades operacionais sofreu um incremento de 5,3% na comparação dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, passando de R\$ 166,0 milhões em 2010 para R\$ 174,7 em 2011

*Despesas de impostos sobre o lucro.* Em 31 de dezembro de 2012, em função da queda na receita de 2012, os impostos incidentes sobre o lucro líquido diminuíram 67% em relação ao exercício anterior, totalizando R\$ 21,4 milhões. Em 2011, em razão da maior carga tributária sobre as atividades da Companhia, as despesas de impostos sobre o lucro passaram de R\$ 27,0 milhões em 2010 para R\$ 65,2 milhões em 2011. Em 2010, em função do aumento das receitas, o saldo desta conta sofreu um incremento de 464,3%, totalizando R\$ 27,0 milhões.

*Lucro líquido.* Em 31 de dezembro de 2012, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$ 40,7 milhões, apresentando uma queda de 62,8% quando comparado com o ano anterior. Em 2011, o lucro da Companhia totalizou R\$ 109,5 milhões, uma diminuição de 21,2% quando comparado com o lucro líquido de 139,0 milhões obtido em 2010.

**b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; e c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.**

*Volume de ativos sob gestão.* Nos últimos três exercícios sociais (2012, 2011 e 2010), as variações de volume de receitas da Companhia são atribuíveis principalmente às variações dos montantes de recursos sob gestão da Companhia e da performance dos Fundos Tarpon.

As taxas de administração são geradas de acordo com um percentual fixo ou variável sobre o valor do patrimônio líquido dos Fundos Tarpon, e reconhecidas na medida da prestação dos respectivos serviços.

As taxas de performance são geradas quando os Fundos Tarpon atingem determinado desempenho, conforme definido nos regulamentos dos fundos, e são reconhecidas no momento



em que houver a certeza do seu valor e recebimento. As taxas de performance são calculadas em periodicidades diferentes, conforme cada contrato.

*Câmbio.* A maioria dos ativos sob gestão dos fundos e carteiras está localizada ou possui exposição significativa ao Brasil, sendo compostos por valores mobiliários de companhias brasileiras e em instrumentos de dívida de emissores brasileiros (principalmente o Governo Federal), os quais são cotados em reais. Na maior parte dos fundos estrangeiros, tanto os ativos sob gestão e o desempenho são determinados em dólares com base na taxa de câmbio entre o dólar e o real em certas datas específicas. Dessa forma, sendo todos os demais itens iguais, a depreciação do real em relação ao dólar reduzirá o valor em dólares dos ativos sob gestão e os retornos em dólares dos fundos estrangeiros.

### **10.3. Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar das demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:**

#### **a e b) introdução ou alienação de segmento operacional e constituição, aquisição ou alienação de participação societária;**

Em agosto de 2012, foi consumada a reorganização societária interna da Companhia, por meio da qual (i) a totalidade dos Fundos Tarpon então sob gestão da Companhia passaram a ser geridos por sua subsidiária, a Tarpon Gestora de Recursos S.A.; e (ii) a Companhia deixou de desempenhar diretamente a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, passando a atuar exclusivamente como sociedade de participações (*holding*).

Em julho de 2011, foi constituída a subsidiária da Companhia em Nova Iorque, Estados Unidos (TISA NY, Inc.), cujo propósito é a prestação de serviços de assessoria financeira.

#### **c) eventos ou operações não usuais.**

Em 2012, 2011 e 2010, não ocorreram eventos ou operações não usuais relevantes que pudessem ter impactado as demonstrações financeiras e os resultados da Companhia.

### **10.4. Comentários dos Diretores sobre:**

#### **a) mudanças significativas nas práticas contábeis; b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis; e**

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e individual apresentados. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

**c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.**

Nos últimos três exercícios sociais (2012, 2011 e 2010), não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes da Companhia.

**10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros).**

As demonstrações financeiras individuais da controladora são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que exige a utilização de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores reportados das receitas e despesas durante os períodos considerados.

O julgamento da Companhia é particularmente relevante na determinação dos valores justos dos ativos financeiros e na avaliação acerca da necessidade de constituição de provisões para os passivos contingentes. Embora a administração da Companhia acredite que seus julgamentos e estimativas foram baseados em premissas razoáveis e com base nas informações disponíveis, tais julgamentos e estimativas estão sujeitos a diversos riscos e incertezas e os resultados reais da Companhia podem diferir de tais julgamentos e estimativas.

Apresentamos a seguir um resumo das políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia. Para maiores informações, recomendamos a leitura das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

**a. Receitas**

As receitas são compostas de honorários provenientes dos serviços de gestão de carteira dos Fundos Tarpon, feitos pela Companhia por meio de suas subsidiárias, referentes a taxas de administração e de performance. As taxas de administração são geradas de acordo com um percentual fixo ou variável sobre o valor do patrimônio líquido dos fundos e reconhecidas à

medida da prestação dos respectivos serviços. As taxas de performance são geradas quando o desempenho dos fundos supera um determinado parâmetro ou taxa mínima de rentabilidade (*hurdle rate*), conforme definido nos respectivos regulamentos, e são reconhecidas no momento em que houver a certeza do seu valor e recebimento.

***b. Instrumentos financeiros não derivativos***

*Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado são destinados a negociação e estão representados por aplicações da Companhia em certificados de depósito bancário e em operações compromissadas. Os juros, os ganhos e as perdas decorrentes do ajuste a valor justo foram reconhecidos nas demonstrações de resultados na rubrica “Resultado com ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado”. O valor justo desses ativos é determinado com base no valor ajustado pela taxa de depósito interbancário - DI informado pelo Banco emissor do CDB e da operação compromissada, respectivamente, ao final de cada mês.

*Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa referem-se a saldos em dinheiro e depósitos à vista empregados na administração do capital de giro da Companhia.

***c. Redução ao valor recuperável***

Os valores contábeis dos ativos da Companhia são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda ao valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação (*impairment*), caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

***d. Investimentos em controladas e subsidiária no exterior***

Os investimentos em coligadas são demonstrados pelo valor nominal e atualizados pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas.

Os investimentos em controladas e em subsidiária no exterior são demonstrados pelo valor nominal e atualizados pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis Individuais.

***e. Ativo imobilizado***

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, que consideram o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e os respectivos valores residuais. As taxas anuais de depreciação são: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos (10%), instalações (10%), sistemas de processamento de dados (20%), sistemas de comunicação e segurança (20%) e licenças de software (25%). As benfeitorias em imóvel de terceiro são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel (cinco anos), a uma taxa anual de 20%.

***f. Benefícios de curto prazo aos empregados e administradores***

Os empregados e administradores fazem jus a remuneração fixa, variável e participação no plano semestral de participação nos lucros da Companhia, conforme o caso. Reconhece-se a provisão do valor estimado a pagar a título de participação no lucro semestral em dinheiro, quando a Companhia atender as condições de obrigação legal (condições estabelecidas no plano) ou constituída de pagar o referido valor e quando houver a possibilidade de estimativa confiável da obrigação.

Os empregados e administradores não fazem jus a qualquer tipo de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

***g. Provisões***

Uma provisão é reconhecida caso, em consequência de ocorrência passada, a Companhia possua obrigação legal ou constituída que possibilite uma estimativa confiável e desde que a perda seja avaliada como provável. As provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa que reflita as condições de mercado em vigor e os riscos característicos do passivo.

***h. Plano de opções de compra de ações***

Os efeitos do plano de opções de compra de ações são calculados com base no valor justo na data da concessão das opções (outorga) e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados em base pro-rata, pelo período de *vesting* de cada concessão.

***i. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos***

No exercício de 2012, a Companhia utilizou como regime tributário o Lucro Real. Dessa forma, a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 9%. Os valores recolhidos a título de antecipação de imposto de renda e contribuição social estão sendo contabilizados no ativo como impostos a recuperar (vide nota 18 b).

Cabe destacar que a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social, conforme facultado pela Lei no. 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei no. 11.638/09 e pelas demais alterações nas normas contábeis realizadas no contexto de convergência para as IFRS.

As alíquotas de PIS e COFINS são de 1,65% e 7,60%, respectivamente, incidentes apenas sobre as receitas de taxa de administração e performance oriundas dos fundos brasileiros, deduzidas as despesas creditáveis.

A alíquota de ISS incidente sobre as receitas de gestão de carteira, incluindo a gestão de fundos brasileiros e gestão direta de fundos e carteiras estrangeiros, passou para 2%.

PIS, COFINS e ISS são contabilizados como despesas de impostos sobre faturamento.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, decorrentes do imposto a compensar sobre lucros auferidos no exterior, foram constituídos considerando a expectativa de provável realização até o final do exercício.

#### ***j. Outros ativos e passivos***

Os outros ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base “pro-rata” dia) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária. Os outros passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base “pro-rata” dia) incorridos.

#### ***k. Recebíveis***

Os recebíveis são registrados pelos valores de realização, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

#### ***l. Divulgações financeiras por segmento***

Um segmento é um componente da Companhia que se dedica a fornecer produtos ou prestar serviços (segmento de negócios), ou a fornecer produtos ou prestar serviços em um ambiente

econômico particular (segmento geográfico), que está sujeito a riscos e recompensas diferentes daqueles de outros segmentos.

A Companhia realiza apenas um tipo de negócio (prestação de serviços relacionados com a gestão de carteiras, por meio de suas subsidiárias) e, conseqüentemente, não é apresentada nenhuma divisão secundária do segmento por tipo de negócio.

***m. Resultado abrangente***

Resultante do lucro líquido dos trimestres correntes e da variação cambial resultante da consolidação das subsidiárias no exterior.

***n. Demonstrações do valor adicionado***

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

***o. Lucro por ação***

O lucro básico por ação é calculado por meio do resultado do exercício findo em 31 de dezembro atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelo potencial exercício das opções de compra das ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

**10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:**

**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las; e**

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia pretende continuar a acompanhar novas tecnologias e buscará continuamente o aprimoramento de seus controles.

**b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.**

Os últimos relatórios de recomendações acerca de controles internos, preparados pelos auditores independentes da Companhia, não apresentaram pontos relevantes relacionados à preparação e assertividade das demonstrações financeiras.

**10.7. Comentários dos Diretores sobre aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:**

**a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos três exercícios sociais (2012, 2011 e 2010).

**b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não aplicável.

**c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável.

**10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:**

**a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos; e**

Nos exercícios sociais de 2012, 2011 e 2010, não havia qualquer ativo ou passivo que não estivesse refletido nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

Nos exercícios sociais de 2012, 2011 e 2010, não havia outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.



**10.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:**

Não aplicável.

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;**

Não aplicável.

**b) natureza e o propósito da operação; e**

Não aplicável.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não aplicável.

**10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:**

**a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

Não há investimentos relevantes em andamento e/ou previstos pela Companhia.

**b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.**

Atualmente, a Companhia não pretende adquirir plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

**c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

No curso normal de suas atividades, a Companhia celebra contratos de prestação de serviços de gestão relativos a fundos e carteiras de recursos de terceiros. Os custos de constituição de tais fundos e carteiras são geralmente arcados pelos próprios cotistas.

**10.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

A Companhia acredita que não existam outros fatores que influenciariam de maneira relevante o seu desempenho operacional e que não tenham sido discutidos nesta seção.

**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**  
**ANEXO 9-1-II À IN 481**

**DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO**

**1. Lucro líquido do exercício**

O lucro líquido da Companhia no exercício social de 2012 totalizou R\$ 40.688.154,17 (quarenta milhões, seiscentos e oitenta e oito mil cento e cinquenta e quatro reais e dezessete centavos).

**2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.**

No exercício de 2012, foram distribuídos R\$ 7.957.000,00 a título de dividendos intercalares (R\$ 0,16709049 por ação de emissão da Companhia, considerando o número de ações de emissão da Companhia na data de distribuição dos dividendos, excluídas as ações mantidas em tesouraria), conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 6 de agosto de 2012. Em 28 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de distribuição de dividendos no montante total de R\$ 21.510.465,00 (vinte e um milhões quinhentos e dez mil quatrocentos e sessenta e cinco reais) (R\$ 0,463714 por ação de emissão da Companhia<sup>1</sup>), a qual será submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 4 de março de 2013 para aprovação. Caso a proposta da administração seja aprovada pelos acionistas em referida Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o montante total distribuído a título de dividendos referentes ao exercício de 2012 será de R\$ 29.467.465,00 (R\$ 0,636159 por ação de emissão da Companhia<sup>2</sup>).

No exercício social de 2012, não houve o pagamento de juros sobre o capital próprio pela Companhia.

**3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído.**

Caso a proposta da administração seja aprovada pelos acionistas em referida Assembleia Geral Ordinária, o montante total distribuído a título de dividendos referentes ao exercício de 2012 será de R\$ 29.467.465,00, correspondente a 72,42% do lucro líquido da Companhia neste exercício.

**4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.**

Não foi proposta a distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

<sup>1</sup> Considerando a quantidade total de ações de emissão da Companhia em 28 de janeiro de 2013, após a emissão de ações e cancelamento aprovados em reunião do conselho de administração nessa data.

<sup>2</sup> Considerando a quantidade total de ações de emissão da Companhia em 31 de dezembro de 2012.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Deduzido o montante de R\$ 7.957.000,00 pagos a título de dividendos intercalares, conforme reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 6 de agosto de 2012, será proposta a distribuição suplementar de R\$ 21.510.465,00 a título de dividendos (R\$ 0,463714 por ação de emissão da Companhia<sup>3</sup>).

A Companhia possui somente ações ordinárias emitidas, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e de seu Estatuto Social.

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Os dividendos são pagos em dinheiro, à vista, em prazo estipulado na assembleia geral ou reunião do conselho de administração que o declarar, conforme o caso.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não houve atualização ou juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio.

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

A assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia a ser realizada em 2013 irá deliberar sobre a proposta da administração de destinação de resultados do exercício de 2012 e determinará a data de pagamento dos dividendos. O pagamento dos dividendos tomará como base de cálculo a posição acionária no encerramento do pregão do dia 4 de março de 2013, data de realização da assembleia geral ordinária e extraordinária.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Foi aprovada, em reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 6 de agosto de 2012, a distribuição de R\$ 7.957.000,00 a título de dividendos intercalares, aprovados com base no balanço de 30 de junho de 2012.

**b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

<sup>3</sup> Considerando a quantidade total de ações de emissão da Companhia em 28 de janeiro de 2013, após a emissão de ações e cancelamento aprovados em reunião do conselho de administração nessa data.

O pagamento dos dividendos intercalares foi realizado em 16 de agosto de 2012.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

	2012*	2011*	2010*
Lucro Líquido/ação	0,88	R\$ 2,27	R\$ 3,37

**b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

Valor por ação	2012*	2011*	2010*
Dividendo	0,636159	R\$ 2,13784	R\$ 3,2867

\* Calculado com base no número de ações no encerramento de cada exercício social.

**8. Destinação de lucros à reserva legal**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

Conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 193 da Lei 6.404/76, não foi proposta a constituição de reserva legal com base no resultado apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, uma vez que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, excede 30% do capital social da Companhia.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Não há proposta de destinação da parcela do resultado para formação de reserva legal, conforme item a acima.

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia somente possui ações ordinárias emitidas.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Em cada exercício social, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão desta reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei 6.404/76.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

O dividendo mínimo obrigatório está sendo pago integralmente.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não há proposta de retenção de dividendos.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

**a. Informar o montante da retenção**

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.**

**c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

**a. Identificar o montante destinado à reserva**

De acordo com a proposta da administração que será submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 2013, não houve destinação de resultado para reserva de contingência.

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

**d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

De acordo com a proposta da administração que será submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 2013, não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

Não aplicável.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

O estatuto social da Companhia prevê, em seu Artigo 49, parágrafo 2º, “d”, que até 10% do lucro líquido, ajustado nos termos do estatuto, deduzido o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, poderá ser destinado para reserva estatutária denominada reserva de investimento, com a finalidade de resgate, recompra ou aquisição de ações de emissão da Companhia, ou ao desenvolvimento das atividades da Companhia, limitado ao montante do capital social da Companhia.

- b. Identificar o montante destinado à reserva**

Caso a proposta da administração seja aprovada pelos acionistas na assembleia geral ordinária e extraordinária a ser realizada em 4 de março de 2013, será destinado à reserva estatutária o valor de R\$ 3.051.611,56

- c. Descrever como o montante foi calculado**

O montante destinado foi calculado nos termos do Artigo 49, parágrafo 2º, “d”, do Estatuto Social da Companhia.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

- a. Identificar o montante da retenção**

De acordo com a proposta da administração que será submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 2013, não houve retenção prevista em orçamento de capital.

- b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não aplicável.



**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**a. Informar o montante destinado à reserva**

De acordo com a proposta da administração que será submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 2013, não houve destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

**b. Explicar a natureza da destinação**

Não aplicável.

**PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

Nos termos de reunião do conselho de administração da Tarpon Investimentos S.A. (“Companhia”) realizada em 28 de janeiro de 2013, com a concordância do Comitê de Remuneração e Participação da Companhia, será submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 4 de março de 2013, a remuneração global para os administradores da Companhia, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 19.500.000,00 (dezenove milhões e quinhentos mil reais), mesmo valor aprovado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

A presente proposta será aplicável, também, à totalidade da remuneração a ser recebida pelos Diretores da Companhia em quaisquer de suas subsidiárias.

A Companhia esclarece que, do limite global aprovado para o ano de 2012, foram efetivamente recebidos pelos administradores da Companhia R\$ 1.585.325,85. Referida diferença é decorrente, dentre outros motivos, do desempenho da Companhia em referido período.

**INFORMAÇÕES INDICADAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

**13.1**

**a) Objetivos da política ou prática da remuneração**

Os principais objetivos da política de remuneração da Companhia consistem em: (i) alinhamento de interesses dos executivos e colaboradores com o objetivo primordial de geração de valor para os acionistas da Companhia, e (ii) preservação da meritocracia, de modo que a remuneração de cada executivo seja proporcional à sua contribuição com o resultado da Companhia.

**b) Composição da remuneração**

- (i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

De modo a atingir os objetivos da política de remuneração, os executivos da Companhia fazem jus à remuneração composta pelos seguintes elementos: (1) remuneração fixa (pró-labore); e (2) remuneração variável (bônus ou PLR, conforme o caso) semestral, baseada em indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos definidos periodicamente.

Além disso, a Companhia oferece a seus executivos participação no plano de opção de compra de ações, com o objetivo de investimento de longo prazo, que não faz parte, tampouco possui natureza de remuneração. Atualmente, não faz parte de política da Companhia a outorga de opções de compra de ações a membros do Conselho de Administração pelo exercício de tal função, sendo certo que conselheiros que não são independentes são titulares de opções na qualidade de diretores executivos e vice-presidentes.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é composta somente de pró-labore. Os membros dos comitês estatutários que fazem parte do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia não fazem jus a remuneração adicional em razão de sua participação em referidos comitês. Os demais membros fazem jus a pagamentos trimestrais pela participação nos comitês.

- (ii) Proporção de cada elemento na remuneração total

Exercício social de 2012:

<b>Elemento</b>	<b>Participação na remuneração total</b>
Remuneração fixa	8,30%
Bônus ou PLR	91,70%
Total	100,00%

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores referentes a pró-labore são determinados periodicamente de acordo com práticas de mercado para empresas de setores similares à Companhia.

A remuneração variável dos diretores estatutários será determinada pelo Conselho de Administração da Companhia, levando-se em consideração as recomendações não vinculativas do comitê de remuneração e participação da Companhia.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia acredita que a combinação dos elementos que compõe a remuneração esteja alinhada com as perspectivas de rentabilidade e riscos inerentes aos negócios da Companhia.

**c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração; d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho; e e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.**

A Companhia adota como indicadores de desempenho metas empresariais qualitativas e quantitativas. Dentre as metas quantitativas, estão incluídos, dentre outros, o acompanhamento do resultado global da Companhia mensurado pelo lucro líquido. São realizadas avaliações periódicas para mensurar desempenho individual, com base em metas específicas estabelecidas no PLR.

**f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.**

Os Diretores Estatutários da Companhia recebem a totalidade de sua remuneração pela subsidiária integral da Companhia, a Tarpon Gestora de Recursos S.A. (“Tarpon Gestora”), sociedade operacional que realiza os serviços de gestão das carteiras, veículos e fundos de investimento. A proposta de remuneração que será submetida à assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia a ser realizada em 4 de março de 2013 já engloba a remuneração recebida pelos Diretores da Companhia pela Tarpon Gestora.

**g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.**

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

## **13.2**

### **2013**

Os valores abaixo são meras estimativas e podem ser alterados, de modo que não é possível assegurar que tais valores estimados serão efetivamente verificados.

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Número de membros	6 <sup>4</sup>	2	-
Remuneração fixa anual	R\$ 312.000,00	R\$ 1.008.000,00	R\$ 1.320.000,00
Salário/pró-labore	R\$ 312.000,00	R\$ 1.008.000,00	R\$ 1.424.233,20
Benefícios diretos e indiretos	0	0	0
Participações em comitês	0	0	0
Outros	0	0	0
Remuneração Variável	0	R\$ 18.180.000,00	R\$ 18.180.000,00
Bônus	0	R\$ 18.180.000,00	R\$ 18.180.000,00
Participação nos resultados	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0
Comissões	0	0	0
Outros	0	0	0
Benefícios pós-emprego	0	0	0
Benefícios pela cessão de exercício	0	0	0
Remuneração baseada em ações	0	0	0
<b>Total da remuneração</b>	<b>R\$ 312.000,00</b>	<b>R\$19.188.000,00</b>	<b>R\$ 19.500.000,00</b>

<sup>4</sup> Apenas os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus a remuneração como conselheiros.

2012

**13.2**

O conselho fiscal da Companhia não está instalado para o exercício social de 2012, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Número de membros	6 <sup>5</sup>	2,17 <sup>6</sup>	-
Remuneração fixa anual	R\$ 312.000,00	R\$ 1.249.639,75	R\$ 1.561.639,75
Salário/pró-labore	R\$ 312.000,00	R\$ 1.249.639,75	R\$ 1.561.639,75
Benefícios diretos e indiretos	0	0	0
Participações em comitês	0	0	0
Outros	0	0	0
Remuneração Variável	0	R\$ 23.686,10	R\$ 23.686,10
Bônus	0	R\$ 23.686,10	R\$ 23.686,10
Participação nos resultados	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0
Comissões	0	0	0
Outros	0	0	0
Benefícios pós-emprego	0	0	0
Benefícios pela cessão de exercício	0	0	0
Remuneração baseada em ações	0	0	0
<b>Total da remuneração</b>	<b>R\$ 312.000,00</b>	<b>R\$ 1.273.325,85</b>	<b>R\$ 1.585.325,85</b>

<sup>5</sup> Apenas os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus a remuneração como conselheiros.

<sup>6</sup> Referido número fracionário é resultado da renúncia do Sr Eduardo Mufarej à Diretoria em março de 2012.

**2011**

O conselho fiscal da Companhia não estava instalado para o exercício social de 2011, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Número de membros	7 <sup>7</sup>	3	-
Remuneração fixa anual	R\$ 289.040,00	R\$ 1.390.889,00	R\$ 1.679.929,00
Salário/pró-labore	R\$ 289.040,00	R\$ 1.390.889,00	R\$ 1.679.929,00
Benefícios diretos e indiretos	0	0	0
Participações em comitês	0	0	0
Outros	0	0	0
Remuneração Variável	0	R\$ 15.367.662,00	R\$ 15.367.662,00
Bônus	0	R\$ 15.367.662,00	R\$ 15.367.662,00
Participação nos resultados	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0
Comissões	0	0	0
Outros	0	0	0
Benefícios pós-emprego	0	0	0
Benefícios pela cessão de exercício	0	0	0
Remuneração baseada em ações	0	0	0
<b>Total da remuneração</b>	<b>R\$ 289.040,00</b>	<b>R\$ 16.758.552,00</b>	<b>R\$ 17.047.592,00</b>

<sup>7</sup> Apenas os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus a remuneração como conselheiros.



**2010**

O conselho fiscal da Companhia não estava instalado para o exercício social de 2010, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Número de membros	6 <sup>8</sup>	2	-
Remuneração fixa anual	R\$ 180.000,00	R\$ 707.839,00	R\$ 887.839,00
Salário/pró-labore	R\$ 180.000,00	R\$ 707.839,00	R\$ 887.839,00
Benefícios diretos e indiretos	0	0	0
Participações em comitês	0	0	0
Outros	0	0	0
Remuneração Variável	0	R\$ 2.509.049,00	R\$ 2.509.049,00
Bônus	0	R\$ 2.509.049,00	R\$ 2.509.049,00
Participação nos resultados	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0
Comissões	0	0	0
Outros	0	0	0
Benefícios pós-emprego	0	0	0
Benefícios pela cessão de exercício	0	0	0
Remuneração baseada em ações	0	0	0
<b>Total da remuneração</b>	<b>R\$ 180.000,00</b>	<b>R\$ 3.216.888,00</b>	<b>R\$ 3.396.888,00</b>

<sup>8</sup> Apenas os membros independentes do Conselho de Administração fazem jus a remuneração como conselheiros.

### **13.3**

#### **2013 – Remuneração Prevista**

Os valores abaixo são meras estimativas e podem ser alterados, de modo que não é possível assegurar que tais valores estimados serão efetivamente verificados.

O conselho fiscal da Companhia não está instalado no exercício social de 2013, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Número de membros	6	2	-
Bônus	0	R\$ 18.180.000,00	R\$ 18.180.000,00
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 18.180.000,00	R\$ 18.180.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

## 2012 - Remuneração

O conselho fiscal da Companhia não está instalado no exercício social de 2012, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Total</u>
Número de membros	6	2,17 <sup>9</sup>	-
Bônus	0	R\$ 23.686,10	R\$ 23.686,10
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 18.075.767,00	R\$ 18.075.767,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	R\$ 23.686,10	R\$ 23.686,10
Participação no resultado	0	0	0
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	0	0	N/A

<sup>9</sup> Referido número fracionário é resultado da renúncia do Sr Eduardo Mufarej à Diretoria em março de 2012.

**2011**

O conselho fiscal da Companhia não estava instalado no exercício social de 2011, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Total</u>
Número de membros	7	3	6
Bônus	0	R\$ 15.367.692,73	R\$ 15.367.692,73
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 15.367.692,73	R\$ 15.367.692,73
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	R\$ 15.367.692,73	R\$ 15.367.692,73
<b>Participação no resultado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	0	0	N/A

**2010**

O conselho fiscal da Companhia não estava instalado no exercício social de 2010, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Número de membros	6	2	6
<b>Bônus</b>	<b>0</b>	<b>R\$ 2.509.049,00</b>	<b>R\$ 2.509.049,00</b>
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	R\$ 10.932.000,00	R\$ 10.932.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	R\$ 2.509.049,00	R\$ 2.509.049,00
<b>Participação no resultado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	0	0	N/A

#### **13.4**

##### **a) Termos e condições gerais**

Em 16 de fevereiro de 2009, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opções de compra de ações ( “Plano”), com base no qual serão emitidas opções que concederão a seus titulares o direito de adquirir ações representando até 25% das ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas. O Plano foi alterado em 30 de novembro de 2009 e 18 de agosto de 2010.

##### **b) Principais objetivos do plano**

O Plano tem por objetivo permitir que administradores e empregados da Companhia (incluindo-se aqueles vinculados a investidas dos Fundos Tarpon), bem como pessoas físicas prestadoras de serviços para a Companhia (“Participantes”), adquiram ações ordinárias da Companhia, visando a alinhar interesses dos acionistas da Companhia aos de seus administradores e executivos e, assim, incentivá-los a contribuir substancialmente para o sucesso da Companhia.

##### **c) Forma como o plano contribui para esses objetivos**

O Plano poderá gerar benefícios aos Participantes, que poderão receber parte do valor que vier a ser gerado pela Companhia, e aos acionistas da Companhia, que contarão com Participantes incentivados a, cada vez mais, prestarem os serviços de forma a maximizar os resultados da Companhia.

##### **d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia**

O Plano representa ferramenta de alinhamento dos interesses dos acionistas, administradores, executivos e funcionários da Companhia no longo prazo. O Plano não tem natureza remuneratória.

##### **e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo**

No curto prazo e médio prazo, o principal elemento de alinhamento consiste nas outorgas anuais de novas opções. Além disso, em razão do contínuo prazo de *vesting* (20% ao ano), do extenso prazo de exercício das opções objeto do Plano (5 anos) e da restrição à alienação das ações adquiridas em decorrência do exercício das opções pelos Participantes pelo período de 12 meses, acreditamos que o Plano confira incentivos de médio e longo prazo para alinhamento entre os Participantes e a Companhia.

##### **f) Número máximo de ações abrangidas**

O Plano abrange até 25% do total de ações emitidas pela Companhia, em bases totalmente diluídas.

##### **g) Número máximo de opções a serem outorgadas**

O número máximo de opções que pode ser outorga nos termos do Plano é de 13.724.667.

#### **h) Condições de aquisição de ações**

As opções objeto do Plano passaram(ão) a ser exercíveis nas proporções e em cada uma das datas abaixo relacionadas (“Datas de Vesting”):

- (i) a primeira parcela das opções inicialmente outorgadas em 10 de março de 2009 tornou-se exercível na proporção de 20% em 10 de março de 2009 e 20% em 1º de julho de 2009. Em cada um dos três aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009, 20% das ações tornar-se-ão exercíveis;
- (ii) a segunda parcela das opções inicialmente outorgadas em 10 de março de 2009 tornou-se exercível na proporção de 20% em 1º de julho de 2009. Em cada um dos quatro aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009, 20% das ações tornar-se-ão exercíveis;
- (iii) as opções inicialmente outorgadas a partir de 1º de julho de 2009 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% em cada dia 1º de julho dos cinco exercícios sociais subsequentes à respectiva data de outorga;

Nenhum participante poderá alienar as ações adquiridas por meio do exercício das opções pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de exercício da respectiva opção.

#### **i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O preço de exercício das opções outorgadas será o maior valor entre: (i) R\$5,60 (cinco reais e sessenta centavos) por ação, ajustado nos termos e limites do item 5.4(c) do Plano, desde a data de aprovação inicial do Plano até a data de outorga da respectiva Opção; e (ii) 75% da cotação de mercado das Ações na BM&FBOVESPA, no fechamento do pregão anterior à data de outorga da respectiva opção. Tal Preço de Exercício estará sujeito a ajustes subsequentes, nos termos e limites do item 5.4 (c) do Plano.

#### **j) Critérios para fixação do prazo de exercício**

Cada parcela das opções do plano expirará no 5º aniversário da respectiva Data de Vesting.

#### **k) Forma de liquidação**

O Preço de Exercício deverá ser pago pelo Participante à Companhia em dinheiro, em uma única parcela, até a data do registro das Ações em nome do Participante nos livros da instituição financeira escrituradora das ações de emissão da Companhia.

#### **l) Restrições à transferência de ações**

Nenhum Participante poderá alienar as Ações adquiridas por meio do exercício das opções pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de exercício da respectiva opção.

**m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

A totalidade das opções outorgadas a cada Participante tornar-se-á automaticamente exercível, dentre outras hipóteses, nos seguintes casos: (i) os atuais acionistas controladores deixarem de deter em conjunto pelo menos 30% do total das ações da Companhia a qualquer momento; (ii) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações da Companhia (que não no âmbito de reorganização societária interna); (iii) operação societária ou comercial envolvendo substancialmente todos ativos da Companhia.

**n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

O exercício das opções está sujeito ao preenchimento de determinados requisitos pelo Participante na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de que o Participante continue vinculado à Companhia em cada tal data. Em caso de término voluntário do vínculo do Participante com a Companhia, ou de término sem justa causa por parte da Companhia, tal beneficiário poderá exercer apenas a parte das opções exercíveis, no prazo de 30 dias de tal término, sendo que as opções não exercíveis ou não exercidas estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do Plano. Em caso de término do vínculo com a Companhia por parte da Companhia, por justa causa, tal beneficiário não terá direito de exercer quaisquer das opções que recebeu. Neste caso, todas as opções não exercidas estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do Plano.



### **13.5**

**Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, em 31 de dezembro de 2012.**

<u>Órgão</u>	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Opções de Ações</u>
Conselho de Administração	21.416.513	606.924
Diretoria	0 <sup>10</sup>	0 <sup>11</sup>

### **13.6**

#### **Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2013)**

O plano de opção de compra de ações da Companhia não tem natureza remuneratória.

Não estão previstas outorgas de opções a membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia para o exercício social corrente, tampouco foi outorga qualquer opção aos atuais membros da Diretoria ou do Conselho de Administração da Companhia exclusivamente na qualidade de conselheiros.

<sup>10</sup> Os membros da Diretoria que também são conselheiros estão incluídos no Conselho de Administração.

<sup>11</sup> Os membros da Diretoria que também são conselheiros estão incluídos no Conselho de Administração.

### 13.7

#### Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2012<sup>12</sup>

	Conselho de Administração	Diretoria
<b>Nº membros</b>	N/A	<b>2</b>
<b>Opções ainda não exercíveis</b>		
Quantidade		81.392
Data em que se tornarão exercíveis		47.417 em 01/07/2013 e 33.975 em 01/07/2014
Prazo máximo para exercício das opções		5 anos a partir de cada vesting 12 meses após o exercício de cada opção
Prazo de restrição à transferência de ações		
Preço médio ponderado de exercício		R\$ 2,96
<b>Opções Exercíveis</b>		0
Quantidade		N/A
Prazo máximo para exercício das opções		N/A
Prazo de restrição à transferência de ações		N/A
Preço médio ponderado de exercício		N/A
Valor justo no último dia do exercício social		N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social		N/A

### 13.8

#### Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2011<sup>13</sup>

	Conselho de Administração	Diretoria
<b>Nº membros</b>	N/A	<b>3</b>
<b>Opções Exercidas</b>		<b>909.402</b>
Número de ações		909.402
Preço médio ponderado de exercício		R\$ 2,58
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado		R\$ 9,56
<b>Ações Entregues</b>		0
Número de ações entregues		N/A
Preço médio ponderado de aquisição		N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado		N/A

<sup>12</sup> Não foram outorgadas opções aos membros do conselho de administração em razão de suas funções de conselheiros da Companhia.

<sup>13</sup> Não foram outorgadas opções aos membros do conselho de administração em razão de suas funções de conselheiros da Companhia.

**Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2011**

	Conselho de Administração	Diretoria
<b>Nº membros</b>		<b>3</b>
<b>Opções Exercidas</b>		3.167.409
Número de ações		<b>0</b>
Preço médio ponderado de exercício		R\$ 2,78
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado		R\$ 13,45
<b>Ações Entregues</b>		0
Número de ações entregues		N/A
Preço médio ponderado de aquisição		N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado		N/A

**Não foram exercidas opções no exercício de 2010**

### 13.9

#### **Modelo de Precificação**

A avaliação do Plano apresentada neste Formulário foi elaborada utilizando o modelo árvore binomial.

**a) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

#### **Outorga de 10 de março de 2009:**

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 70%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 1,29; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,60 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 13%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

#### **Outorga de 30 de novembro de 2009:**

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 34%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 6,87; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,40 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 8,75%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

#### **Outorga de 19 de fevereiro de 2010:**

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 28%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 7,84; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,23 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 8,63%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

#### **Outorga de 19 de agosto de 2010:**

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 22,60%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 11,45; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$8,59 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 10,75%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

**Outorga de 8 de agosto de 2011:**

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 20,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 15,20; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$11,40 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 11,90%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

**Outorga de 8 de agosto de 2012:**

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 24,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 12,65; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$9,49 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 10,15%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

**Outorga de 20 de agosto de 2012:**

As premissas utilizadas no modelo precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 20,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 13,77; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$10,12 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 9,10%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

**b) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado**

A Companhia não adota método para incorporar efeitos esperados do exercício antecipado das opções.

**c) Forma de determinação da volatilidade esperada**

A volatilidade esperada aplicada no modelo de precificação é equivalente à volatilidade do Índice Bovespa.

**d) Outras características da opção incorporadas na mensuração de seu valor justo**

Além dos elementos descritos acima, nenhuma outra característica foi incorporada na mensuração do valor justo das opções.

**13.10**

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do Conselho de Administração ou aos diretores estatutários.

**13.11**

2012

<b>Órgão da Administração</b>	<b>Número de membros</b>	<b>Valor da maior remuneração</b>	<b>Valor da menor remuneração</b>	<b>Valor médio da remuneração</b>
Conselho de Administração	6 <sup>14</sup>	R\$156.000,00	R\$156.000,00	R\$156.000,00
Diretoria	3	R\$828.000,00	R\$ 314.326,00	R\$ 571.162,93 <sup>15</sup>
Conselho Fiscal	0	N/A	N/A	N/A

<sup>14</sup> Considerando que somente os conselheiros independentes da Companhia fazem jus a remuneração, foram excluídos do cálculo da média os demais conselheiros.

<sup>15</sup> A média da remuneração considera apenas os 2 membros da Diretoria que permaneceram em seus cargos durante todo o exercício social de 2012

**13.12**

A Companhia mantém vigente o seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores (D&O), o qual visa garantir aos administradores da Companhia o pagamento o reembolso de despesas arcadas pelos administradores decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor. A atual apólice prevê a cobertura de no limite de até US\$ 75milhões.



**13.13**

**Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

<b>Órgão</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Conselho de Administração	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	100%	96%	75%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

**13.14**

Indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestadas

<b>Órgão</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Conselho de Administração	R\$ 2.196.875,00	R\$ 23.151.586,00	R\$9.358.285,00
Diretoria Estatutária	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

**13.15**

Nos exercícios de 2012, 2011 e 2010, não houve remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal reconhecida no resultado dos controladores do emissor, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

Não obstante, conforme indicado no item 13.1(f) acima, a partir do exercício de 2013, a remuneração dos membros da Diretoria será inteiramente arcada pela Tarpon Gestora, em razão dos membros da diretoria da Companhia também serem diretores de referida subsidiária operacional da Companhia.

**13.16**

Não aplicável

**Relatório Anual Resumido do Comitê de auditoria e Compliance  
referente ao exercício social da Companhia findo em 31 de dezembro de 2012**

Conforme Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Compliance (“Comitê”) da Tarpon Investimentos S.A., sociedade anônima com sede na Rua Iguatemi, 151, 23º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP, CEP 01451-011, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.341.549/0001-63 (“Companhia”), e em observância à Instrução CVM n. 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada, os membros do Comitê vêm apresentar seu Relatório Anual Resumido referente ao exercício social da Companhia findo em 31 de dezembro de 2012.

**Atividades do Comitê:**

O Comitê realizou 6 (seis) reuniões referentes ao exercício de 2012, nas quais os seguintes trabalhos foram desenvolvidos:

- a) Revisou e considerou adequado o plano de trabalho do auditor independente para elaboração de auditoria externa independente;
- b) Supervisionou as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- c) Supervisionou as atividades da área de controles internos da Companhia, bem como discutiu com a administração e os auditores independentes da Companhia a respeito da efetividade e adequação dos controles internos da Companhia;
- d) Revisou e considerou adequado o processo de monitoramento de riscos reportados pela área de controles internos da Companhia;
- e) Supervisionou as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, bem como revisou as análises e premissas utilizadas pela administração e corroboradas pelos auditores independentes da Companhia para a elaboração de suas demonstrações financeiras;
- f) Avaliou e monitorou, juntamente com a administração e os auditores independentes, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas divulgações;
- g) Revisou seu regimento interno e aprovou alteração para sua adequação à Instrução CVM n. 509, de 16 de novembro de 2011;
- h) Elegeu o Sr. Walter Iório como Coordenador.

O Comitê reuniu-se com a KPMG Auditores Independentes e tomou conhecimento do parecer sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados e recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia. Reuniu-se também, com estes mesmos Auditores, para discussão das demonstrações financeiras trimestrais (ITRs) da Companhia, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Durante o curso dos trabalhos, não houve situação de divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação a tais demonstrações financeiras.

## **Conclusão**

Com base nos trabalhos desenvolvidos, este Comitê recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras auditadas da Tarpon Investimentos S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

São Paulo, 28 de janeiro de 2013.

Walter Iório  
Horácio Lafer Piva  
Fábio Hering

**INFORMAÇÕES SOBRE CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Tarpon Investimentos S.A. (“Companhia”) vem, por meio deste documento, fornecer aos seus acionistas as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência, conforme aplicável, relativamente aos candidatos ao Conselho de Administração da Companhia indicados pela administração.

**1. Informações exigidas no item 12.6 do formulário de referência:**

	<i>Rodrigo Reghini Vieira</i>	<i>Fernando Shayer</i>	<i>Miguel Gomes Ferreira</i>
Idade	40	39	36
Profissão	Engenheiro	Advogado e Economista	Administrador de Empresas
CPF	246.825.328-04	066.182.178-14	283.617.668-71
Cargo	Conselheiro de Administração (Efetivo)	Conselheiro de Administração (Efetivo)	Conselheiro de Administração (Efetivo)
Data de Eleição	1/3/2013	1/3/2013	1/3/2013
Data da Posse	1/3/2013	1/3/2013	1/3/2013
Prazo do Mandato	2 anos	2 anos	2 anos
Outros Cargos	Membro do comitê de Remuneração e Participação	Membro do comitê de auditoria e <i>compliance</i>	N/A
Eleito pelo controlador	Sim	Sim	Sim

	<b><i>José Carlos Reis de Magalhães Neto</i></b>	<b><i>Fabio Hering</i></b>	<b><i>Horácio Lafer Piva</i></b>
Idade	35	53	55
Profissão	Administrador de Empresas	Administrador de Empresas	Economista
CPF	286.951.128-02	066.182.178-14	283.617.668-71
Cargo	Outros Conselheiros (Presidente do CA e Diretor sem designação)	Conselheiro de Administração Independente (Efetivo)	Conselheiro de Administração Independente (Efetivo)
Data de Eleição	1/3/2013	1/3/2013	1/3/2013
Data da Posse	1/3/2013	1/3/2013	1/3/2013
Prazo do Mandato	2 anos	2 anos	2 anos
Outros Cargos	Diretor sem designação específica, Presidente do Conselho de Administração da Companhia e é Membro do Comitê de Remuneração e Participação.	Membros do Comitê de Auditoria e <i>Compliance</i> e do Comitê de Remuneração e Participação	Membro do Comitê de Auditoria e <i>Compliance</i> e do Comitê de Remuneração e Participação
Eleito pelo controlador	Sim	Sim	Sim

**2. Informações exigidas no item 12.7 do formulário de referência:**

Os membros dos comitês estatutários serão eleitos em reunião do conselho de administração a ser realizada após a assembleia geral ordinária e Extraordinária a ser realizada em 4 de março de 2013.

**3. Informações exigidas no item 12.8 do formulário de referência:**

**a) Breve currículo:**

**Rodrigo Reghini Vieira** - Rodrigo ingressou na Companhia em 2011. Atualmente é o responsável pela Gestão de Pessoas na Tarpon Gestora de Recursos S.A. e empresas investidas, além de membro do Comitê de Remuneração da Companhia. Rodrigo tem 17 anos de experiência profissional tendo atuado como consultor, executivo e empreendedor. Foi engenheiro na Ericsson Telecomunicações, sócio fundador do Arremate.com, Diretor da K2 Achievements e membro do Comitê Executivo do Grupo BMG. Rodrigo graduou-se em Engenharia Elétrica na Escola Politécnica da USP, em São Paulo, e tem MBA pela J.L. Kellogg School of Management, em Evanston-US.

**Fernando Shayer** - Fernando é responsável pela estruturação de negócios e monitoramento de companhias investidas na Tarpon Gestora de Recursos S.A., fazendo também parte do Comitê de Investimentos desta. Anteriormente, foi sócio do escritório de advocacia Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados. Foi advogado internacional no Skadden, Arps, Slate, Meagher and Flom LLP, em Nova Iorque, e no Banco CCF no Brasil. Exerce função de conselheiro de administração nas empresas Omega Energia Renovável S.A., Companhia Acqua e Morena Rosa Indústria e Comércio de Confeções S.A.. Fernando é bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), bem como é mestre em Direito (LL.M) pela Universidade de Columbia em Nova York.

**Miguel Gomes Ferreira** - Miguel juntou-se à Tarpon em 2008 e atua no time de Desenvolvimento de Negócios da Tarpon Gestora de Recursos S.A. Miguel possui mais de treze anos de experiência no mercado financeiro. Antes da Tarpon, trabalhou no Unibanco, onde foi responsável pela cobertura de clientes corporativos. Miguel iniciou sua carreira no Banco BBA Creditanstalt em São Paulo, onde trabalhou como associado durante quatro anos. Após o BBA, trabalhou na Estáter Gestão e Finanças (consultoria de fusões e aquisições). Miguel é formado em Administração de Empresas na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), em São Paulo, e concluiu seu MBA na London Business School – Reino Unido.

**José Carlos Reis de Magalhães Neto** - José Carlos é o fundador e Presidente Conselho de Administração da Companhia e Diretor de Investimentos da subsidiária integral Tarpon Gestora de Recursos S.A.. Além disso, José Carlos faz parte do Conselho da BRF e da Cia Acqua. Anteriormente, José Carlos foi gestor de portfólio no banco Patrimônio/Salomon Brothers, trabalhou como associado no JP Morgan/Chase e como analista na GP Investimentos. José Carlos graduou-se em Administração de Empresas na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.



**Fabio Hering** - Formado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O Sr. Fabio Hering é membro da diretoria da Cia Hering desde 2 de maio de 1986, tendo assumido em 28 de abril de 2009 o cargo de Diretor Presidente. Possui especializações em Marketing, Finanças, Economia e Estratégia. Há vinte e dois anos trabalha na Cia Hering, tendo atuado como trainee, Diretor de Divisão Fashion, Diretor de Operações, Vice-presidente e Diretor de Relações com Investidores.

**Horácio Lafer Piva** - Horácio foi presidente do conselho de administração da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP/CIESP/SESI/SENAI/IRS) de 1998 a 2004, e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) de 1998 a 2000. Atualmente, é presidente do conselho de administração da BRACELPA (Associação Brasileira de Papel e Celulose) e da AACD (Associação de Assistência à Criança Deficiente). É também membro do conselho de administração da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), do Grupo Martins, da Fundação Antônio Prudente/Hospital do Câncer, e da Fundação Osesp. O Sr. Horácio também é membro do conselho de administração da Klabin S.A., da Atmosfera - Higienização de Têxteis S.A. e da Redecard S/A. O Sr. Horácio especializou-se em Economia e concluiu o programa de especialização em Negócios pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo.

#### **b) Descrição de eventuais condenações**

Nenhum dos membros indicados pela administração da Companhia, nos últimos 5 anos, sofreu (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

#### **4. Informações exigidas no item 12.9 do formulário de referência:**

A Companhia informa que não há qualquer relação conjugal, de união estável ou parentesco até o segundo grau entre os candidatos ao Conselho de Administração da Companhia indicados pela administração.

#### **5. Informações exigidas no item 12.10 do formulário de referência:**

**Rodrigo Reghini Vieira** é Diretor na subsidiária Tarpon Gestora de Recursos S.A.

**Fernando Shayer** é Diretor na subsidiária Tarpon Gestora de Recursos S.A. e Administrador da controladora Silver King Participações Ltda.

**Miguel Gomes Ferreira** é Diretor na subsidiária Tarpon Gestora de Recursos S.A.

**José Carlos Reis de Magalhães Neto** é Diretor de Investimentos na subsidiária Tarpon Gestora de Recursos S.A. e, acionista e administrador da controladora Silver King Participações Ltda.

**Fabio Hering** e **Horácio Lafer Piva** não mantiveram qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle, nos últimos 3 últimos exercícios sociais, com sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia; ou controlador, direto ou indireto, da Companhia; ou ainda fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de suas controladas ou controladora.

**JOSÉ CARLOS REIS DE MAGALHÃES NETO**

**PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**